

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVI

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

Os impressos de medicina e a censura de 1768 a 1794

HERVÉ BAUDRY

1. INTRODUÇÃO

O Decreto Régio de 5 de abril de 1768 pôs fim à censura tripartida (Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço¹) que vigorava desde há mais de dois séculos. Doravante, o sistema de controlo dos impressos assentará numa estrutura única chamada Real Mesa Censória² (abreviada em RMC) seguida, a partir de 1787, pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros (abreviada em RMCG), considerada como o seu “sucedâneo”³. Um aspeto essencial do novo organismo era, tal como no Santo Ofício, o respeito absoluto pelo sigilo⁴. Apesar da sua efémera duração relativamente à do sistema anterior que, aliás, viria a ser re-inaugurado em finais de 1793 até à extinção definitiva do Santo Ofício em 1821, o interesse pela história da RMC prende-se com a sua originalidade porque instaura uma rutura com o passado, na figura do seu presidente de 1770 a 1777, Frei Manuel do Cenáculo, e, dado o seu surgimento numa época particular, com todo um conjunto de problemáticas políticas e culturais.⁵ No entanto, tal como no sistema anterior, a RMC e a RMCG tiveram como objetivo controlar a circulação de textos, fossem eles produzidos localmente, originais, reedições ou traduções, ou importados. O presente trabalho contempla a questão dos textos de medicina na perspetiva daquilo a que Rui Tavares chamou *output*⁶ da censura. Portanto, não se trata de interrogar o efeito de funil entre as entradas

¹ Ver Marcocci, G. e Paiva, G. P., *História da Inquisição Portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, pp. 91-98.

² “A nova instância possuía, todavia, uma estrutura que não anulava o poder censório do Santo Ofício” (*Ibid.*, pp. 347).

³ Ramos, L. A., “A inquisição pombalina”, *Brotéria*, Vol. 115, nº 2, 3,4, 1982, p. 175.

⁴ Tavares, R., *O Censor iluminado. Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*, Lisboa, Tinta da China, 2018, p. 127.

⁵ Para a bibliografia sobre a RMC, ver Tavares, R., *op. cit.*, p. 694-717.

⁶ Tavares, R., *O Censor*, *op. cit.*, p. 471; *O Labirinto*, 1997, p. 85.

e as saídas, o que permite avaliar a própria produtividade dos censores, e muito menos de tentar explicar os mecanismos censórios mas sim de observar toda a produção impressa que representa uma parte do levantamento bibliográfico nacional realizado para a totalidade do século XVIII (1701–1800), e que, depois de passar nas mesas censórias, circulou no mercado do livro, formando assim a “biblioteca legal”⁷ no que respeita à medicina.

Antes de descrever os dados obtidos, convém precisar as especificidades deste levantamento. Além das rubricas habituais de cada item, foram registadas as informações censórias: a nota de licença na página de título; as licenças das instituições de censura, as quais se situam no início, antes ou depois do eventual paratexto, ou, mais raramente, no fim da obra, com as respetivas datas e a taxa. O mesmo procedimento fora adotado para os levantamentos bibliográficos, no mesmo campo, dos séculos XV a XVII. Considera-se, pois, que a descrição dos impressos nos países providos dum sistema de controlo, em particular Portugal e Espanha, muito apertado resultando numa manifesta presença tipográfica nas impressões visadas, deve dar conta desses dados de maneira sistemática nas bases de dados. Num total de sete rubricas, cada registo bibliográfico individual integra este aspeto, apresentando-se como se segue:

1. Apelido, Nome
2. Título, endereço bibliográfico, data; páginas; formato.
3. Licenças (data); taxa (data e preço).

O terceiro nível descritivo revela a rutura nos procedimentos entre a censura tripartida e o órgão criado em 1768. Alguns historiadores destacaram o secretismo da nova estrutura⁸ uma vez que, a partir de agora, cada impresso exibirá uma única marca (em geral, é a fórmula “Com todas as licenças necessárias”) enquanto as censuras, pareceres e outros textos censórios constituíam um paratexto,

⁷ Tavares, R., *O Censor*, *op. cit.*, p. 512.

⁸ Comparativamente às proibições tornadas públicas (editais, Índices), pela censura inquisitorial, Vanda Anastácio chamou justamente de “proibição silenciosa” a supressão de obras pela RMC (“Os livros das mulheres. Revisitando os inventários enviados à Real Mesa Censória em 1769”, comunicação no colóquio A Real Mesa Censória: imprimir, instruir e censurar, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, 30 de maio de 2018). Ver também Tavares, R., *O Censor*, *op. cit.*, p. 128-129.

raramente ausente, assinado pela(s) pessoa(s) encarregada(s) e que às vezes ocupava várias páginas da obra.

O levantamento permitiu acrescentar um número significativo de itens em relação aos instrumentos bibliográficos já existentes. O período aqui contemplado não escapa à regra da ampliação. As informações recolhidas em termos quantitativos e qualitativos levam, portanto, a seguir os passos seguintes para a sua descrição e análise: depois de apresentar e perspetivar os dados gerais sobre os impressos de medicina no século XVIII, abordaremos algumas questões de método; depois tentaremos responder à questão da efetividade censória: o que revelam os dados obtidos sobre a atividade da máquina censória? Por último, abordaremos alguns casos que refletem o desempenho da atividade censória, quer ao nível do censor, quer ao nível do livro.

2. *PRIMO NUMERARE, POSTEA PONDERARE.*

UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: RESULTADOS E QUESTÕES

João Luís Lisboa explicou que “não é suficiente a quantificação, a descrição estatística confiante na capacidade indutiva do investigador”⁹. Este preceito, que se impõe tanto na história do livro como em outras disciplinas, serve aqui tanto para reafirmar a numeração dos dados como inevitável ponto de partida como para recusar toda interpretação baseada só nesses dados. A estatística permanece o grau zero dos procedimentos descritivos nos estudos censórios, em particular quando se trata de abordar a questão da eficiência ou até da eficácia. A RMC terá sido instaurada, entre outros objetivos, para lutar contra a ineficácia do sistema vigente¹⁰. Sem esta fase de objetivação, nenhum avanço interpretativo consegue livrar-se completamente do subjetivismo. Aqui pretende-se perspetivar o *output* médico da RMC e da RMCG em diferentes níveis cronológicos da bibliografia nacional.

⁹ Lisboa, J. L., *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional da Investigação Científica, 1991, p. 25.

¹⁰ Ramos, M. A. S., “Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória”, *Brotéria*, 115, 1982, p. 182.

Sem prescindir de eventuais descobertas futuras, a bibliografia do livro de medicina impresso em Portugal está agora disponível para o período de pouco mais de três séculos (1498–1800).

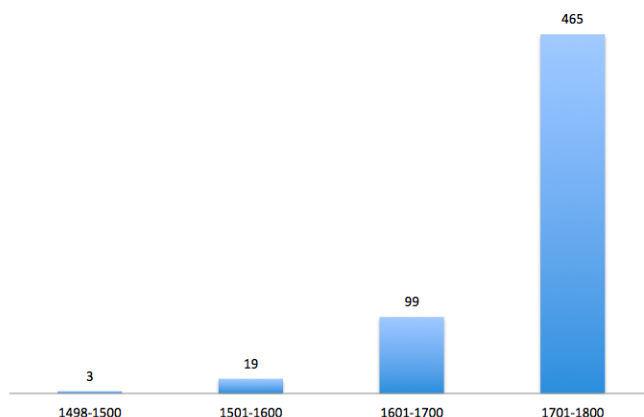


Tabela 1. Número de itens impressos (1498–1800).

Com 465 itens¹¹, os dados sobre o longo termo dão uma conta clara dum *boom* editorial médico comparativamente ao século XVII, ou seja, um aumento de 370%. Podemos precisar que a localização dos itens põe em primeiro plano a Biblioteca Nacional de Portugal; duas dezenas de itens só se encontram em bibliotecas estrangeiras, muitas vezes são exemplares presumivelmente únicos. Na biblioteca da Academia das Ciências, foram localizados 43 itens, ou seja um pouco mais de 9% do total.¹²

Esses números têm que ser equacionados em relação à produção global do país. Em termos sincrónicos, para o século XVII em Portugal, pode-se considerar que a produção do livro médico representa um pouco menos de 2% do total dos

¹¹ Total (dezembro 2018) das obras originais, reeditadas ou traduzidas impressas em Portugal continental do ano 1701 até ao ano 1800 inclusive. A definição do campo não podendo ser aqui debatida em detalhe, limitar-nos-emos a indicar as disciplinas excluídas: astrologia, botânica, química, teratologia não médicas, medicina metafórica. A introdução à futura publicação da bibliografia debruçar-se-á sobre a questão disciplinar.

¹² Esta biblioteca possui dois itens não localizados em outras bibliotecas: Jerónimo Cortes, *Fysiognomia* (1728); Roque Ferreira Lobo, *Oração gratulatoria* (1793).

impressos¹³. Dados gerais ainda faltam para o século XVIII. No entanto, alguns estudos providenciam indicações significativas. Segundo a sondagem feita por Piedade Braga Santos, os livros de medicina aprovados pelas RMC e RMCG representam 1,8% do total¹⁴. Por seu lado, Tavares precisa que Gualter Wade, censor da medicina na RMC, tratou de 3,5% das obras que por aí passaram.¹⁵ Sem podermos chegar a um valor absoluto neste campo especializado, como temos para o século XVII, continua a tratar-se dum número muito reduzido em relação à produção nacional. Resta saber se a proporção dos menos de 2% para o século XVII é válida para o seguinte. Se no futuro se evidenciar um acréscimo significativo da produção médica claramente além dos 2%, em relação ao total dos itens impressos no século XVIII, cabe-nos tentar compreender o interesse crescente pelas coisas da medicina com todas as suas implicações, entre outras, sociais e culturais conforme padrões bem diferentes dos séculos anteriores.

Vejamos agora as oscilações da produção ao longo do século XVIII.

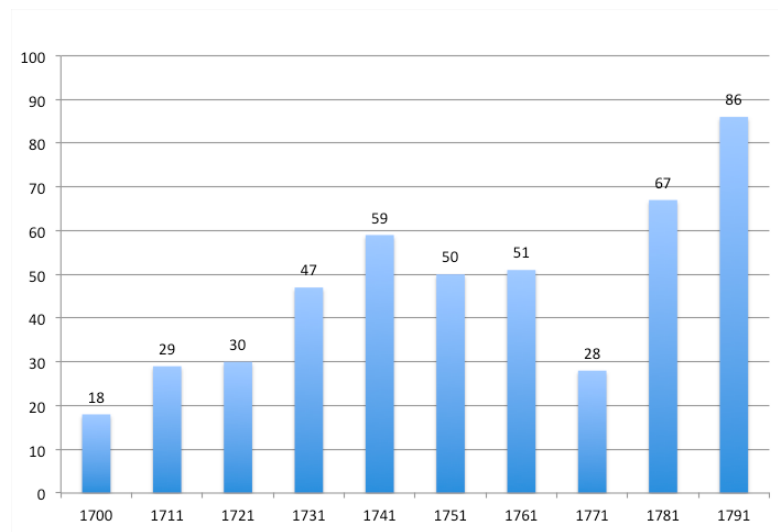


Tabela 2. Total de itens impressos por década.

¹³ Ver, para a primeira metade do século XVII, H. Baudry, "The Portuguese Medical Book Market (1601-1650): a Good Business?" in *A Maturing Market. The Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*, A. S. Wilkinson, A. U. Lorenzo ed., Leiden: Brill, 2017, pp. 225-227.

¹⁴ Braga Santos, P., "Actividade da Real Mesa Censória: uma sondagem", in: *Cultura história e filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, FCSH, vol. 2, p. 377- 440, p. 396, 1983.

¹⁵ As estatísticas providenciadas por Rui Tavares incidem sobre o período pombalino da RMC (1768-1774).

Enquanto que a média de itens por década ao longo do século XVII era de 10, sobe para 39 no século XVIII. Logo no arranque do século, observa-se a descolagem até atingir um pico na década 1741–1750. O segundo aspeto notável é a depressão que marca o início da segunda metade do século e o quase colapso, com a volta aos números da década de 1711, a partir de 1771. Tendo em conta este período, convém ajustar a análise e focalizarmo-nos sobre os anos em que entrou em função a RMC. Cobrindo a segunda metade do século XVIII, a tabela seguinte evidencia as duas fases dos *outputs* durante a vigência das RMC e RMCG.

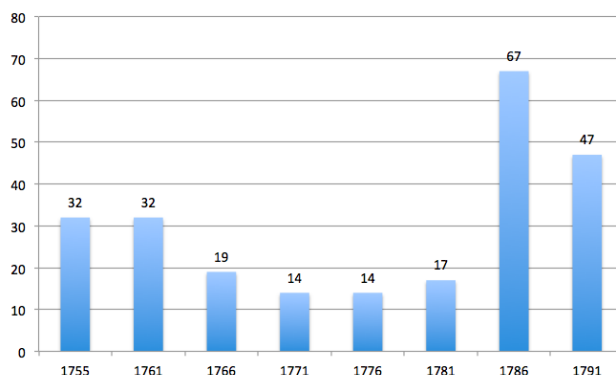


Tabela 3. Total de itens impressos por meia-década entre 1755 e 1795.

De 1768 a 1794, ambas as Mesas totalizam 146 itens, respetivamente, 77 (1768¹⁶–1787) e 69 (1787–1794)¹⁷. Em termos de média anual, observamos, por um lado, 3,9 itens/ano, e por outro lado, 8,6/ano.

A RMC, estabelecida em 1768, coincide com os anos da mais baixa produtividade tal como foi evidenciada pelos números de *output*. No entanto, uma análise mais pormenorizada mostra que o retrocesso se iniciou a partir de 1765.

¹⁶ Em 4 itens, 2 têm marca de licenciamento pela RMC.

¹⁷ Quanto aos principais conteúdos das obras que passaram pelas 2 mesas censórias: todas são em português, à exceção de 8 em latim (5,4%); uma breve tipologia dá conta do seguinte: 59 são traduções (40%), 79 têm que ver com a cirurgia e a medicina prática (53,7%) e 16 com a farmácia (10,9%).

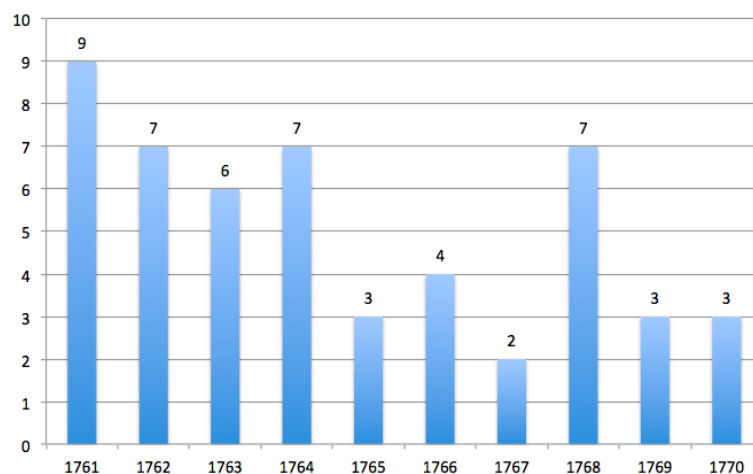


Tabela 4. Total de itens impressos por ano entre 1761 e 1770.

A retoma, dando sinais nos dois últimos anos da RMC como o mostra a tabela seguinte, é espetacular durante a RMCG (ver tabela 3, 1786–1791). Apresenta uma média recorde de 8,6 itens/ano, ou seja, três vezes mais do que durante a RMC e mais do dobro da média do século.

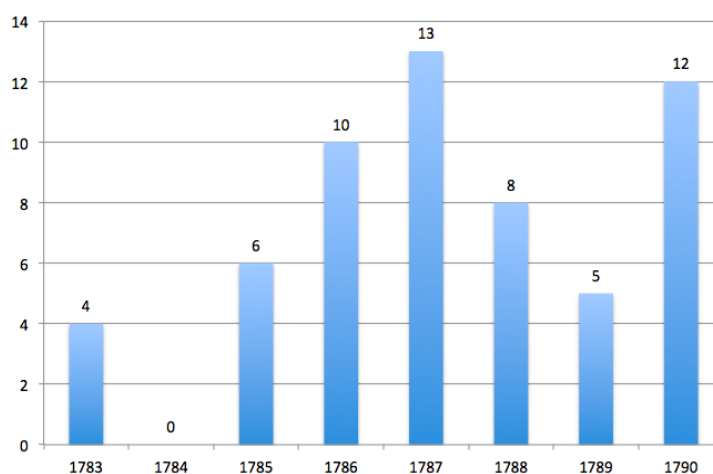


Tabela 5. Total de itens impressos por ano entre 1783 e 1790.

Os fenómenos observados ao nível do livro médico refletem uma parte mínima da produção pós-controlo pelo que, sem dados vindos das outras disciplinas, toda generalização ficaria despropositada. Mas revelam dois momentos com contornos opostos e fortemente marcantes, uma queda vertiginosa a partir de 1765 e um espetacular crescimento vinte anos mais tarde. Ficaremos pelas hipóteses, afastando por princípio qualquer abordagem maniqueista pela tolerância/intolerância.¹⁸ Tudo se passou como se a RMC, sem ser a causa inicial, tivesse consolidado a travagem nos *outputs* por razões que provavelmente não se devem limitar ao foro ideológico. Quanto à RMCG, os seus procedimentos terão tido consequências inversas, acelerando ou facilitando as atividades de filtragem. Além disso, a criação da Régia Officina Typographica, em 24 de dezembro de 1768, é um dos fatores que, ao nível geral, deverá ser tomado em conta¹⁹. Mas aqui, parece pouco pertinente, quer no sentido da limitação quer no do estímulo, uma vez que de 1771 a 1794 só 20 itens de medicina (*i.e.*, 13,6%) saíram dos prelos da imprensa régia. Portanto convém aguardar uma análise multi-disciplinar dos fatores conjunturais que terão incidido sobre o mercado do livro.

3. A QUESTÃO DA EFETIVIDADE CENSÓRIA.

A questão da eficácia é, para todas as épocas, das mais debatidas e delicadas para resolver. Por enquanto, com o recolher de inumeráveis dados sobre a eficiência e a efetividade das atividades censórias, as investigações sobre a micro-censura na cultura inquisitorial, ou expurgação, permitiram dar respostas concretas e, às vezes, decisivas²⁰. O último índice dos livros portugueses proibidos e expurgados fora publicado em 1624²¹. Revogado por Pombal em 5 de abril de 1768, coube à RMC a tarefa de publicar um novo índice. Foi Manuel do

¹⁸ Sobre o tema da “tolerância” da RMC ver Tavares, *O Labirinto*, *op. cit.*, p. 16.

¹⁹ Lourenço Vaz, F. A., “Instrução e Censura. O testemunho de Alexandre Faria Manuel sobre a Real Mesa Censória (1772–1780)”, comunicação no colóquio A Real Mesa Censória: imprimir, instruir e censurar, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, 30 de maio de 2018.

²⁰ Ver Baudry, H., *Livro médico e censura na primeira modernidade*, Lisboa, CHAM Publicações, 2017.

²¹ *Index Auctorum damnatæ memoriæ*, Lisboa: P. Cræsbéeck, 1624, in-fol. Este index “Tridentino-Lusitano” (Maria Teresa Payan Martins, *O Debate ideológico na censura pós-pombalina*, Lisboa, Verbo, 2011, p. 91) manteve-se “em vigor até a Reforma pombalina” (Martins, M. T. P., *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: FCG-FCT-MCES, 2005, p. 113).

Cenáculo que teve a cargo essa indexação²². Nunca veio à luz da imprensa e vários catálogos, compilados até o século XIX, ficaram nos arquivos²³.

A efetivação do controlo consta das marcas de licenciamento, patentes no pé de imprensa e, por princípio, em cada item, antes e depois de 1768. A fórmula mais frequente é: “Com licença da Real Meza Censoria”. Mas às vezes leem-se outras: a antiga “Com todas as licenças necessárias”; as obras em latim, como as teses, levam a marca em latim “Cum facultate Regia Curiae Censoriae”. Encontram-se algumas licenças de primeiro nível (ordem religiosa, faculdade): a *Pharmacopea dogmatica medico-chimica*, obra dum religioso, João de Jesus Maria, vem com a “licença da religião” seguida da data; a *Bibliotheca elementar chirurgico-anatomica* de Manuel de Sá Matos, impressa no Porto em 1788, vem com a menção “Foi aprovado este Livro em Congregação de Medicina. Coimbra 23 de Novembro de 1786”.²⁴ Enquanto que até 1768 o paratexto censório, assinado e datado, acompanhava a quase totalidade das impressões, a data, quer da licença, quer da taxa, aparece raramente e em proporções distintas: com a RMC, 6 em 77 itens são datados (7,8%) e com a RMCG são 25 em 69 (36%), tratando-se sempre, neste caso, da data da taxa. Refletindo práticas anteriores, o *Exame de sangradores* de Manuel José da Fonseca, reeditado em 1770 vem com as datas dos licenciamentos das edições de 1746 e 1757.

Num total de 177 itens impressos durante as RMC e RMCG, só 3 não apresentam marca. Durante a RMC, trata-se de duas brochuras: a *Observação medico-pratica* de Gualter Wade (1772) e a *Demonstração dos remédios* de Isaac Gaudin (1783). Voltaremos a Wade na última parte deste estudo; quanto à *Demonstração*, o seu autor explica que uma primeira versão do seu opúsculo foi num primeiro momento recusado pela Junta do Protomedicato, o que sugere uma aprovação posterior.²⁵ Durante a RMCG, trata-se da *Pharmacopeia geral para o reino*,

²² Martins, M. T. P., “Frei Manuel do Cenáculo e a Real Mesa Censória: na hora da despedida”, comunicação no colóquio A Real Mesa Censória: imprimir, instruir e censurar, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, 30 de maio de 2018.

²³ Ver os catálogos no IANTT, cota: Real Mesa Censória, Livros 12, 17, 21.

²⁴ Também Samuel Foart Simmons, *Observações sobre a cura da gonorrhea virulenta* e Caetano José Pinto de Almeida, *Primeiros elementos de cirurgia therapeutica* (ambas obras publicadas no Porto em 1794; a Real Academia de Cirurgia Portuense foi criada em 20 de Janeiro de 1761).

²⁵ O título completo é: *Demonstração dos remedios de Isaac Gaudin, cirurgiaã Herniario, que lhe foraõ prohibidos pella Junta do Proto-Medicato, sendo obrigado a descobrir á mesma Junta a sua composiçaõ, e a mesma houve por bem approvar os ditos remedios, e julga-los uteis ao publico* (Lisboa: na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1783). Uma mesma aprovação encontra-se na seguinte obra de André Castro: *Direcções para o uso da Agua de Inglaterra, inventada pelo doutor Jacob de Castro Sarmento [...] e hoje preparada por Andre Lopes de Castro nesta corte*,

e domínios de Portugal, uma publicação oficial feita por Francisco Tavares a pedido da Rainha (alvará do 16.1.1794). No entanto, pode ter sido impresso após a abolição da RMCG em dezembro desse ano.

Em dois casos não há certeza de que as obras tenham sido impressas em Portugal. A primeira, datada de 1774, é o *Examen historique sur l'apparition de la maladie vénérienne en Europe* de António Nunes Ribeiro Sanches; vem sem nome de editor mas com o lugar de edição “à Lisbonne”. A outra é a *Introductio methodica in theoriam et praxin Medicinae* de David Macbride traduzida do inglês por Johann Friedrich Clossius. O único elemento que distingue esta edição das de Lausanne e Basileia, com a mesma data de 1783, é o endereço bibliográfico na página de título com o nome de Jean-Pierre Aillaud em Coimbra. Tornara-se livreiro nesta cidade em 1772²⁶.

Última anomalia: duas obras obtiveram uma licença passada pela “Meza do Desembargo do Paço” (Tomás Denman, *Aforismos*, Lisboa: Simão Tadeu Ferreira Barreto, 1787, e William Buchan, *Medicina domestica*, Lisboa: na Officina de Thaddeo Ferreira, 1792). No entanto, sabe-se que as sessões da RMC tinham lugar no Desembargo do Paço.

Se, antes de 1768, a falta de marca e de paratexto se observa em 13 itens (num total de 319, i.e. 3%), quer em folhetos quer em livros, a percentagem para o nosso período é no máximo de 3,4% (5 itens num total de 146) ou 2 % (tirando os 2 itens incertos). Com estes números não se pode concluir numa maior eficiência da RMC ou da censura anterior, mas, pelo menos, numa eficiência global e contínua.²⁷

Deste ponto de vista, a análise da duração entre a data do início dos procedimentos e a impressão pode dar informações interessantes sobre o *timing* pré-impressão. Sem a indicação do início das datas do processo de controlo, não nos podemos pronunciar sobre a sua morosidade a partir de 1768. Para ter uma ideia do que se passava pouco antes do estabelecimento da RMC, vejamos os licenciamentos de alguns itens da primeira (primeira censura do Santo Ofício) até à última data (pode correr ou taxa) antes da publicação:

com geral acceitação, e aprovada pelo Real Proto-Medicato (Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1784).

²⁶ Ver Domingos, M. D., *Livreiros de Setecentos*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, p. 106-107. J.-P. Aillaud editou em Coimbra duas obras em latim de Francisco Tavares, com as devidas licenças, em 1786 e 1787 (reed. 1790).

²⁷ Na falta de estudos mais aprofundados, essa afirmação deve ser mitigada, em princípio, pela probabilidade maior de falsificações a partir de 1768 uma vez que o paratexto censório desapareceu.

Tabela 6. Datas: durações dos procedimentos de licenciamento (1765–1767²⁸).

Item	Início	Fim	Duração	Ano de publicação
Tomás Bem, <i>Vida de Santo André</i> (600 p.)	18.1.1766	13.7.1767	13 meses	1767
António Silva, <i>Carta</i> (11 p.)	26.11.1765	6.3.1766	4 m. 2 s.	1766
António Portugal, <i>Pharmacopea</i> (224 p.)	20.5.1766	12.8.1766	2 m. 3 s.	1766
Anton Storck, <i>Observações</i> (273 p.)	26.9.1765	11.10.1765	20 dias	1765

Sabemos que a maioria dos livros impressos entre 1768 e 1794 só providenciavam a do ano de publicação. Eis uma lista, incompleta, das obras com a data da aprovação pelas RMC e RMCG²⁹ e, em alguns casos, a data da taxa:

Tabela 7. Datas: aprovação (RMC, RMCG), taxa (RMCG) e de publicação.

Item	Aprovação	Taxa	Ano de publicação
Elias Col de Vilars, <i>Curso de cirurgia</i> , 2 vol.	8.5.1769	-	1771
Alexandre Ramos, <i>Thesouro de lavradores</i> , 414 p.	3.7.1769	-	1792
Samuel Sharp, <i>Tratado das operações de Cirurgia</i> , 327 p.	22.12.1770	-	1773
João Nunes Gago, <i>Tratado physico-chimico-medico das aguas das Caldas</i> , 312 p.	19.10.1778	-	1779
Francisco da Costa, <i>Apologia critico-chimica</i> , 383 p.	9.12.1784	-	1786
Jorge de La Faye, <i>Principios de cirurgia</i> , trad. Silvestre J. de Carvalho, 2 vol.	23.1.1786	20.9.1787	1787
Sue, <i>Elementos e cirurgia</i> , 2 vol., trad. Manuel da Cunha	16.2.1789	12.5.1791	1790
William Buchan, <i>Medicina domestica</i> t. 3	24.5.1789	25.6.1790	1790
Tomás Dimsdale, <i>Methodo actual de inocular as bexigas</i> , 252 p.	29.8.1793	-	1793

²⁸ No ano de 1768 foram publicados sete itens, quatro dos quais vêm com a licença da RMC, um “com todas as licenças necessárias” e outro “com as licenças necessárias”, ambos sem datas, o último com “superiorum permissu” (Lisboa).

²⁹ Lista alfabética incompleta sem título in ANTT, Real Mesa Censória, liv. 21 (contém a decisão com a data de 408 itens só para as letras A, C, G, L, M, P, S, V).

Os poucos dados completos (La Faye, Sue, Buchan) não refletem uma qualquer aceleração dos procedimentos e estão longe de provar que tenha havido maior eficácia no desempenho das atividades de controlo. A isto devemos acrescentar o facto de que esta tabela não inclui a data de entrada do pedido de licenciamento.

4. GUALTER WADE, AUTOR E CENSOR

Do lado dos censores, já encontrámos Gualter Wade. Este médico, cujas data de nascimento e morte são desconhecidas, era “medico da nação britannica, e do Collegio Real dos Nobres na corte de Lisboa”.³⁰ Lê-se essa informação na outra obra que, além da *Observação medico-pratica* de 1772 acima referida, publicou em 1768, a *Carta a hum amigo sobre o estado actual da inoculação das bexigas*³¹. Wade devia estar bem relacionado: Domingos Vandelli dedicou-lhe a sua *Dissertatio de arbore draconis* de 1768³². O mais importante é que este discípulo de Boerhaave foi, desde o primeiro ano do seu estabelecimento, censor da RMC. Podemos avançar a hipótese de que isso explica, em parte, que a sua brochura de 1772, seis páginas provavelmente destinadas a um público limitado, saiu sem marca de licença nem indicação de editor.

Já no início das suas tarefas, Gualter Wade manda suprimir em 18 de agosto de 1768 o *Collectaneo pharmaceutico* do cônego António dos Mártires³³. Este “boticário da província da Beira”, como o próprio se intitulava, morreu no mesmo ano

³⁰ Um outro Walter Wade, botânico com obras publicadas, morreu em 1825 em Dublin. *Não se sabe se foi o pai deste*. Wade era colega do matemático José da Rocha na RMC e no Colégio dos Nobres (ver Tavares, R., *O Censor*, op. cit., p. 465-467).

³¹ Wade, W., *Carta a hum amigo sobre o estado actual da inoculação das bexigas*, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1768.

³² Vandelli, D., *Dissertatio de arbore draconis, seu dracaena. Accessit dissertatio de studio historiae naturalis necessario in Medicina, oeconomia, agricultura, artibus, et commercio*, Lisboa: Apud Antonium Rodericium Galliardum, Typographum Regiae Curiae Censoriae, [6], 39 p.; o texto dedicatório foi escrito no jardim botânico (“e Viridiario Botanico, 21 sextilis 1768”).

³³ António dos Mártires (pseudónimo de António Martins Sodré), *Collectaneo pharmaceutico dividido em duas partes, nas quaes se acharão as melhores perguntas, e respostas, e algumas eleições de simples, com suas explicações ao texto de Mesue, tiradas dos melhores autores antigos, e modernos da arte pharmaceutica. Obra utilissima para se examinarem os novos professores da mesma arte*, Porto: Na officina de Antonio Alves Ribeiro Guimaraens, 1768. Sobre a supressão: ANTT, Real Mesa Censória, Liv. 12. [p. 13]; Maria Isabel Braga Abecasis, *A Real Mesa Censória e a Edição Setecentista Portuguesa*, Tese de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, fevereiro 2009, p. 21.

da proibição. O certo é que a supressão incidia sobre a reedição da sua obra publicada em 1735. A reimpressão do *Collectaneo* vem com a marca de licenciamento “com todas as licenças necessárias”, portanto foi publicada antes da RMC e uma das primeiras medidas no campo da medicina foi a sua retirada do mercado.

Wade também censurou uma obra de Francisco da Fonseca e Figueiroa³⁴ que julga ser

“ininteligível e cheio de pomposas patranhas”. Autorizar a sua impressão seria “insultar o público e enganar os idiotas” e resultaria em “gravíssimo detrimento da vida e saúde do povo”³⁵.

De que obra se trata? Barbosa Machado atribui-lhe três manuscritos, dois dos quais podem ter sido o alvo do censor: o primeiro, *Peritichisma anti-strumaticum*, supostamente pela sua sonoridade bárbara, anti-racional, e o outro, *Medicina extraordinária com as enfermidades inimigas declaradas da natureza humana*, com relenos de medicina supersticiosa para o censor boerhaaviano.

Entre os outros itens provavelmente suprimidos por Wade figuram os seguintes: reimpressão da *Pratica de barbeiros* de Leonardo de Prito (pseud. de Bernardo Pereira)³⁶: suprimido, 19.1.1769; reimpressão da *Anacephaleosis medico-theologica* de Bernardo Pereira³⁷: suprimido, 20.11.1769; Miguel Ângelo Chiarini, “Edital que quiz imprimir para anunciar varios remedios”: suprimido, 13.12.1769; Honório Pacheco Pereira, “Edital para inocular [?] hum remedio para toda a amolytia de olhos”: não concedido, 5.11.1771³⁸.

Wade partilha do modernismo do seu *milieu*. Por exemplo, Newton liderava o mundo da ciência para os censores, mas suprimiram a obra de Descartes porque “a física mecânica estava definitivamente ultrapassada”³⁹. Para o médico censor,

³⁴ Em 1759, tinha escrito uma peça em latim a Alexandre da Cunha, autor do *Ramalhete de duvidas* (1759). Publicou um breve (4 p.) *Manifesto, que Francisco da Fonseca e Figueyroa [...] faz aos amantes da saude, e attentos às suas vidas: de hum segredo do qual he author para erysipélas, com o nome de bezoartico sagrado de Figueyroa* (com a data errada de 1723).

³⁵ Citado por Abecasis, *A Real Mesa Censória, op. cit.*, p. 5.

³⁶ Leonardo e Prito de Barreira, *Pratica de barbeiros phlebotomanos, ou sangradores reformada*, 2.^a ed., Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1740.

³⁷ Bernardo Pereira, *Anacephaleosis medico-theologica, magica, juridica, moral, e politica*, Coimbra: na officina de Francisco de Oliveyra, Impressor da Universidade, 1734.

³⁸ Itens extraídos do catálogo da ANTT, Real Mesa Censória, liv. 21. Ver Tavares, R., *O Labirinto, op. cit.*, p. 137.

³⁹ Citado por Tavares, R., *O Labirinto, op. cit.*, 1997, p. 16.

o interesse público está em jogo. Vive num tempo em que se multiplicam os “avisos ao povo”, “à humanidade”, como se vê nos títulos das obras de Simon Tissot⁴⁰, de Manuel Joaquim Paiva⁴¹, o seu tradutor e proselita que “acredita no progresso humano”⁴², ou de Servington Savery⁴³. Em 1785, o próprio irmão de Paiva, talvez o autor mais presente na cena editorial médica do fim do século XVIII, Joaquim Ferreira, publicou um *Discurso crítico* contra os “remédios de segredo, e composições ocultas”. Aqui, reencontramos a questão do combate à medicina popular, nos escritos e na prática das mulheres e dos homens⁴⁴. No entanto, a postura racionalista que, supomos, fundamenta as decisões censórias não corresponde forçosamente aos nossos critérios, a não ser que as razões do censor nem sempre sejam as da razão científica. Assim foi aprovado em 18 de agosto de 1768⁴⁵ um texto com uma tradição das mais duvidosas: les *Secrets merveilleux de la magie naturelle et cabalistique du Petit Albert*⁴⁶. A reputação sulfurosa das obras de segredos medicinais editadas sob o nome Albertus (Parvus ou Magnus), com manifesta confusão, reflete-se na sua proibição pela censura já no século XVI: o *Catalogo dos livros defesos*⁴⁷ incluía “Albertus de secretis”; o *Index* português de 1624, em vigor até 1768, integrava-o na segunda classe da parte romana nesses termos: “Alberto Magno doctori egregio falso ascriptus libellus *De secretis mulierum*”⁴⁸, abreviando a lista de títulos dada pelo índice espanhol de 1612⁴⁹. As listas de obras proibidas pela RMC provam que os censores reconduziram proibições anteriores, como no caso das questões mágicas com a

⁴⁰ Tissot, S., *Aviso ao povo sobre a sua saúde* (1ª ed. da tradução portuguesa em 1768).

⁴¹ Paiva, M. J., *Aviso ao povo sobre as asfyxias ou mortes apparentes*, Lisboa: Na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1786.

⁴² Lisboa, J. L., *op. cit.*, p. 118.

⁴³ Savery, S., *Avisos interessantes à humanidade ou collecção de alguns artigos concernentes á restauração da vida dos affogados*, Lisboa: Na Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788.

⁴⁴ Ver Walker, T., *Doctors, Folk Medicine and the Inquisition: The Repression of Magical Healing in Portugal During the Enlightenment*, Brill, 2005; Bruno Barreiros, *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*, Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Lisboa, 2014.

⁴⁵ A lista ANTT, RMC, liv. 21, indica a data de 1766; só encontramos uma em 1764.

⁴⁶ *Secrets merveilleux de la magie naturelle et cabalistique du Petit Albert: Traduits exactement sur l'original latin*, intitulé: *Alberti Parvi Lucii Libellus de mirabilibus Naturae arcanis; enrichi de figures mystérieuses*, Lyon (numerosas reedições no século XVIII).

⁴⁷ *Catalogo dos livros que se prohibem nestes Regnos*, Lisboa: Antonio Ribeiro, 1581, f. 11v.

⁴⁸ *Index Auctorum damnatae memoriae*, Ulyssiponae: ex off. Petri Cræbeck, 1624, p. 4.

⁴⁹ *Index librorum prohibitorum et expurgatorum*, Madriti: apud Ludovicum Sanchez typographum regium, p. 13, 1612.

Demonomania (1587) de Jean Bodin ou os *Disquisitiones magicarum libri sex* de Martín Delrío⁵⁰: ninguém, entre os censores das disciplinas contempladas, teologia, direito e medicina, ignorava a sensibilidade dessas questões.

5. CONCLUSÃO

O estabelecimento da RMC em 1768 enquadrava-se no plano da Reforma Pombalina. Refletia a vontade do poder político de centralizar, unificando num órgão só as modalidades de controlo da produção e da importação dos impressos. No que toca à produção nacional de textos originais e traduzidos, os impressos de medicina contribuíram, em termos de *output*, para uma parte reduzida de cerca de 2% do total. Esta análise leva-nos a fazer observações de ordem metodológica e histórica.

Como na época anterior, a análise da atividade censória deve basear-se sobre dados que ainda não integram sistematicamente a descrição bibliográfica dos itens. No caso das obras de medicina impressas em Portugal desde o século XV foi adotada uma normalização que, por princípio, pode contemplar qualquer impresso produzido em conformidade com o regime censório vigente. Por outras palavras, cada descrição inclui os trâmites censórios ao mesmo nível que os dados do endereço bibliográfico. Daí a pertinência da noção de “cultura de correção” utilizada por Anthony Grafton a propósito da elaboração material do texto⁵¹: a forma definitiva do texto impresso decide-se entre o autógrafo do autor e as formas do tipógrafo (sem falar dos procedimentos microcensórios pós-impressão) o que, ao nosso ver, inclui os processos de legalização das obras.

Embora incidindo sobre um campo reduzido de itens (147 em 465), a análise dos *outputs* durante o período da RMC e da RMCG permitiu perspetivar as atividades de controlo no século XVIII. Sem que se possa induzir uma causa direta, pelo menos no início, a nova estrutura coincide com duas décadas de

⁵⁰ ANTT, RMC, liv. 12, p. 2, 18. Ver Martins, M. T. P., *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, p. 192, 2005.

⁵¹ Grafton, A., *The Culture of Correction in Renaissance Europe*, University of Chicago Press, 2011; *Humanists with Inky Fingers. The Culture of Correction in Renaissance Europe*, Firenze, 2011.

abrandamento da produção e o seu sucedâneo com o despertar do *boom fin de siècle*. Fica claro também que a produção tipográfica nacional passou pela normatividade censória, ou seja, a “bibliografia legal”⁵² ocupa quase todo o espaço da informação a que os utentes podem, e devem, ter acesso. A questão lancinante dos estudos censórios sendo a da eficácia, é óbvio que a escassez dos dados não permite responder na generalidade uma vez que são múltiplos os aspetos postos em causa, do campo da produção autorial até ao da leitura. No entanto, uma vez que o controlo ainda condiciona estritamente os processos de produção, pode-se considerar que a reforma pombalina da censura se inscreve na continuidade das atividades do poder. “Iluminado” ou não, o censor não passa de um agente que se quer, em princípio, eficaz, isto é cuja função é garantir a limpeza das estantes das livrarias e das bibliotecas.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À SESSÃO DEDICADA À EVOCÇÃO DE FREI MANUEL DO CENÁCULO E A REAL MESA CENSÓRIA, NOS 250 ANOS DA SUA FUNDAÇÃO, A 23 DE OUTUBRO DE 2018)

⁵² Ver acima, nota 8.